

Ministério da Saúde teme retomada dos casos de pólio

SÔNIA SILVA

BRASÍLIA — Depois de três anos sem registrar casos de poliomielite, o Brasil corre hoje o risco de enfrentar novamente a doença e de perder o investimento feito ao longo de 12 anos em busca de sua erradicação. Há um ano, o Ministério da Saúde vem detectando queda no até então rígido sistema de vigilância de casos, pelo qual é possível comprovar com segurança se o País está livre da pólio. Só nos dois últimos anos ocorreram 25 casos de paralisia aguda flácida, não investigados devidamente, de forma a afastar a hipótese da doença.

O relaxamento da vigilância esconde, ainda, o perigo de "importação" do vírus através do Peru e Colômbia. A Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) já havia inclusive anunciado que o Brasil era um dos países que poderiam receber o certificado provisório de erradicação da pólio, caso não estivesse pendente na área de vigilância.

Risco — "Tudo indica que, depois de um período sem registros, os Estados começam a achar que o problema não é mais prioritário, mas isso põe em risco todo o programa", admitiu, preocupada, a chefe do setor de vigilância epidemiológica da pólio no ministério, Maria Cristina Pedreira. Cálculos modestos da coordenadora do Programa Nacional de Imunização (PNI), Maria Lucia Carnellosso, apontam que pelo menos US\$ 270 milhões (Cr\$ 695 bilhões) foram investidos em campanhas de vacinação em massa desde 1980, quando a paralisia ainda atingia uma média de 2.500 crianças ao ano. "Não podemos simplesmente jogar tudo isso fora, mas há tempo para recuperar a situação", alertou Maria Cristina.

Indicadores — Assim como a cólera, a pólio é doença de transmissão fácil em área sem saneamento básico, tendo como principal via de infecção a água contaminada pelas fezes. "Daí a preocupação com a ocorrência de casos no Peru (um no ano



Vigilância relaxada

Maria Cristina, da Saúde: 'Tudo indica que os Estados começam a achar que problema não é mais prioritário'

passado) e na Colômbia (oito), que fazem fronteira com o Amazonas, onde não há saneamento", explicou a chefe da vigilância. Segundo ela, quatro indicadores mostram se o sistema de vigilância está funcionando.

Um deles é a taxa de notificação mínima de paralisias agudas e flácidas (que ocorrem também por outros males, como a síndrome de Guillain-Barré), que é de um caso por cem mil menores de 15 anos. "Se você não tem a taxa mínima, é sinal de que a vigilância está falha", diz ela.

Outro indicador é a informação vinda dos quatro mil postos de notificação, que são obrigados a informar ao ministério semanalmente sobre a detecção de paralisia flácida. O terceiro indicador é a investigação de qualquer caso notificado, em 48 horas após a detecção. E o quarto, a coleta de uma amostra das fezes do suspeito e de mais cinco das dos comunicantes, em 15 dias. Depois deste prazo, a vítima já pode ter expelido o vírus.

Segundo Maria Cristina, os únicos Estados que hoje apresentam todos os indicadores positivos são Paraíba, Rio Grande do Norte e Acre. Alagoas, Minas Gerais e Rio de Janeiro têm todos os indicadores abaixo da

média ideal. O Amazonas, área de potencial risco, não tem notificado casos de paralisia aguda e flácida. "Este ano, o Estado deveria ter comunicado pelo menos quatro paralisias flácidas por outras causas", lembrou a técnica.

Outra falha é a falta de informações sobre o nível de cobertura vacinal por municípios. "Só poderemos falar em erradicação quando soubermos que não há município brasileiro suscetível ao vírus da pólio", afirmou Maria Cristina. Na segunda campanha nacional de vacinação do ano passado, em agosto, alguns Estados sequer alcançaram a meta de 90% de imunização: o Amazonas ficou em 45,4%. De acordo com a coordenadora do Programa de Imunização, o ministério tem cobrado os dados, mas muitos Estados alegam falta de condições técnicas.

Por falta de recursos para o setor saúde ou devido ao relaxamento do sistema de vigilância, o fato é que o Brasil já poderia ter obtido a certidão provisória de erradicação da pólio. "Com a ocorrência de casos suspeitos, cuja falta de investigação não nos deixou provar se havia ou não o vírus da pólio, tivemos um retrocesso", explica a técnica.